



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR  
SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

PARQUES DA CIDADE DO SALVADOR  
ANÁLISE CRÍTICA

ORGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO - OCEPLAN  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS - SPJ

EXECUTADO PELOS ARQUITETOS

ARILDA CARDOSO SOUSA  
ANALENE VIEIRA LAURINDO



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR  
SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

Este trabalho ao tempo que apresenta uma análise crítica do quadro atual de quatro grandes parques da Cidade do Salvador, acompanhado de algumas proposições realizáveis somente a médio e longo prazo, oferece também as alternativas de intervenção imediata necessárias para corrigir as distorções mais emergentes.

Salvador, 05/79



O PARQUE METROPOLITANO DE ABAETÉ e a invasão da pobreza

O Abaeté compreende, não só a conhecida e cantada Lagoa do Abaeté, como também, todo o cordão de dunas altas que se estende, desde esta lagoa até os limites do município de Salvador.

Embora ainda não esteja institucionalizado o parque como um todo, alguns trechos já pertencem a Prefeitura como sejam aqueles que compreendem o entorno mais imediato da lagoa, e algumas partes de dunas altas já doadas por força de termo de acordo de loteamentos implantados ao longo da orla.

No trecho do entorno da lagoa, foram feitas em administrações passadas, algumas obras de infra-estrutura, dentre as quais um acesso a um dos pontos mais altos de onde se visualiza a lagoa e hoje conhecido com a denominação de "mirante da Lagoa".

A completa falta de Administração, durante o ano passado, criou as condições para que se proliferassem as investidas de invasões nestas áreas já integrantes do patrimônio público.

O assentamento da Nova Brasília que antes se continha num dos morros do campo de dunas, do lado noroeste da lagoa de Abaeté, já transpôs o vale e avança ladeira acima invadindo as encostas que até o ano passado estavam inteiramente livres. O entorno do mirante da Lagoa está sendo palco de uma invasão contemporânea. Neste momento estão construindo casas de alvenaria em terrenos demarcados e vendidos por pessoas que se consideraram donos da propriedade, pelo simples fato de ter resolvido dividi-la em lotes.

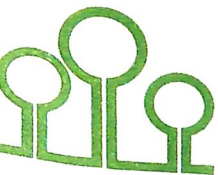


PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR  
SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

Na margem sudeste da lagoa inicia-se um outro polo de ocupação clandestina e já começa a tomar corpo. E, para completar o quadro de invasões, o entorno da lagoa da represa está totalmente ocupado.

E, ao lado de todos estes problemas, o cordão de dunas altas, no trecho do entorno da lagoa de Yemanjá está desaparecendo levado, desta vez, não pelo vento, mas pela procissão de caminhões que ininterruptamente as carrega para o mercado da construção civil.

O Abaeté precisa o quanto antes de ter seu plano aprovado por Decreto. Não existe no momento nenhuma restrição legal, quanto ao problema de gabaritos, que não seja aquela determinada pelo cone de vôo do aeroporto, nem quanto aos parâmetros urbanísticos a serem observados quando da apresentação de um loteamento para efeito de sua aprovação. Todas as exigências que se tem feito com o objetivo de conseguir adquirir a propriedade do parque através de doação não tem nenhum respaldo legal, porque na realidade, o que vem acontecendo é que estamos exigindo do proprietário mais do que eles têm obrigação de doar.



PROPOSTA EXECUTIVA PARA O PARQUE METROPOLITANO DE ABAETÉ

A primeira providência a ser tomada é a assinatura do decreto, pelo Exmo. Sr. Prefeito de Salvador regulamentando a criação do Parque Metropolitano de Abaeté. Em paralelo iniciaremos a ação administrativa naquela área, com uma devida urgência, haja visto o número de invasões ali existentes. Dividimos o plano de ação naquela área em três etapas a seguir:

1 - AÇÃO IMEDIATA

a - Implantar uma administração local provisória a nível de fiscalização utilizando policiamento montado, assegurando assim o controle da área, impedindo a poliferação das invasões.

Para sede dessa administração deveremos usar uma das construções ali existente negociando com o seu dito proprietário.

b - Limpeza da área, principalmente às margens da lagoa.

c - Recuperar as áreas verdes tratadas.

2 - AÇÃO A MÉDIO PRAZO

a - Implantar a administração definitiva, inclusive com suporte técnico visando cadastrar e transferir, quando assim ficar definido, as construções de invasões ali existentes.

b - Definir os limites físicos da propriedade.

c - Recuperar as áreas mutiladas pelas invasões.

d - Executar o Plano de manejo.

3 - AÇÃO A LONGO PRAZO

Implantar o Plano de manejo



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR  
SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

A área marginal à estrada de acesso necessita de um trabalho de recuperação que vai desde a definição da área destinada a pedestres, até a procura da integração dos equipamentos institucionais aí alocados, com a sua vizinhança. Será preciso minimizar o impacto causado pela rejeição que as edificações invasoras demonstram com os seus muros agressivos, aos usuários do parque, justo aqueles que sendo o seus verdadeiros donos nunca sequer lhes foi perguntado se aceitariam que mutilassem o seu patrimônio com aqueles usos conflitantes.

É um Parque Metropolitano que deverá ser trabalhado dentro das mesmas características dos demais. Portanto, sugerimos seja transferido à Administração Municipal.



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR  
SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

A área marginal à estrada de acesso necessita de um trabalho de recuperação que vai desde a definição da área destinada a pedregos, até a procura da integração dos equipamentos institucionais aí alocados, com a sua vizinhança. Será preciso minimizar o impacto causado pela rejeição que as edificações invasoras demonstram com os seus muros agressivos, aos usuários do parque, justo aqueles que sendo o seus verdadeiros donos nunca sequer lhes foi perguntado se aceitariam que mutilassem o seu patrimônio com aqueles usos conflitantes.

É um Parque Metropolitano que deverá ser trabalhado dentro das mesmas características dos demais. Portanto, sugerimos seja transferido à Administração Municipal.

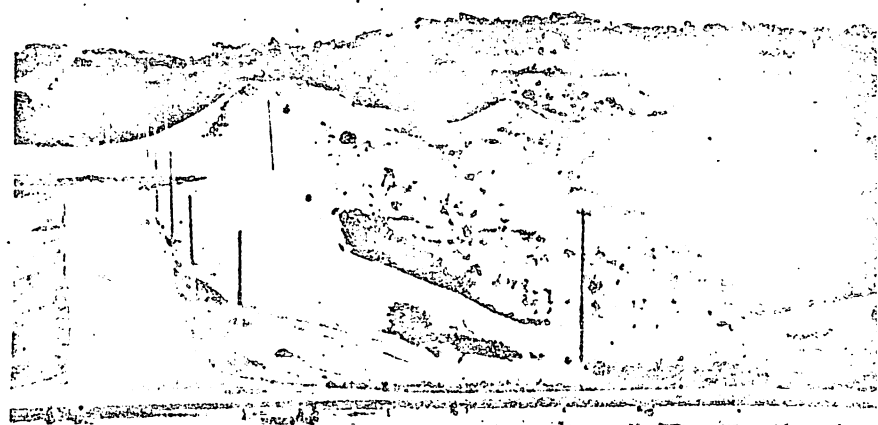
1



2



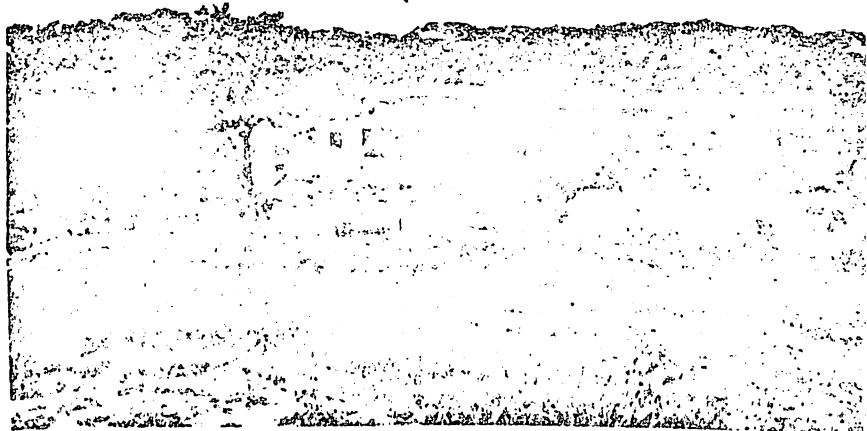
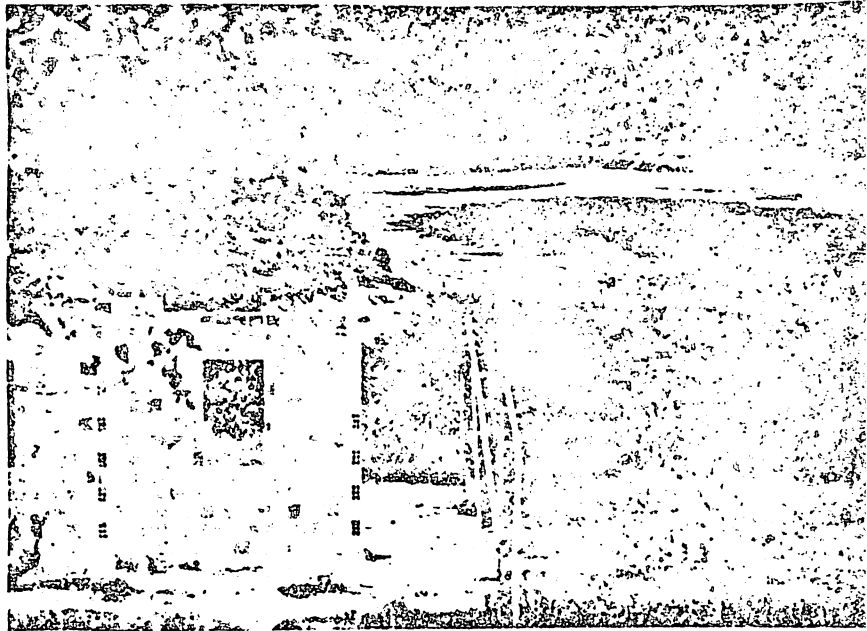
3



PARQUE METROPOLITANO DE ABAETÉ

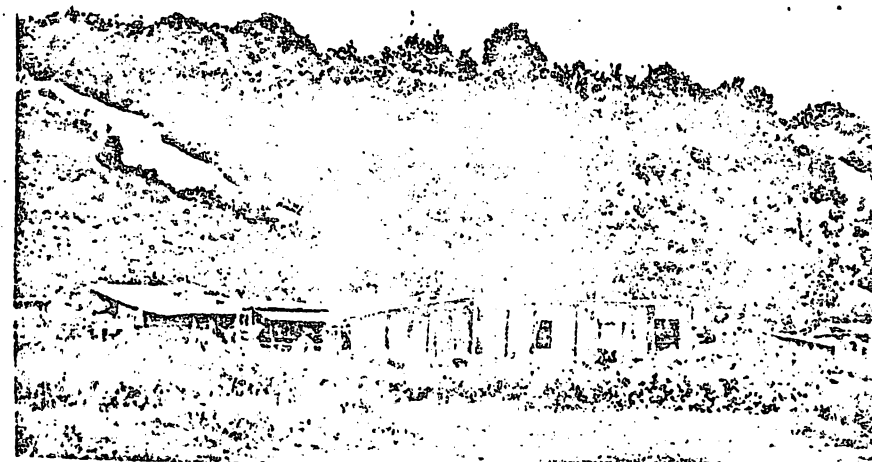
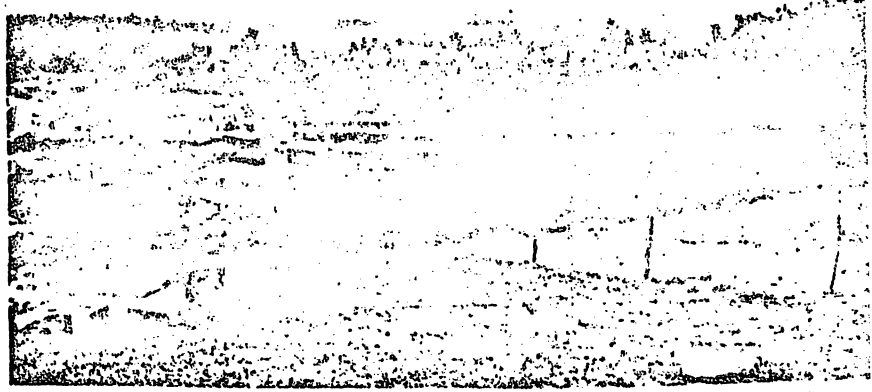
1- Areias vendidas aos litros  
2 e 3- Areias vendidas aos metros  
quadradados



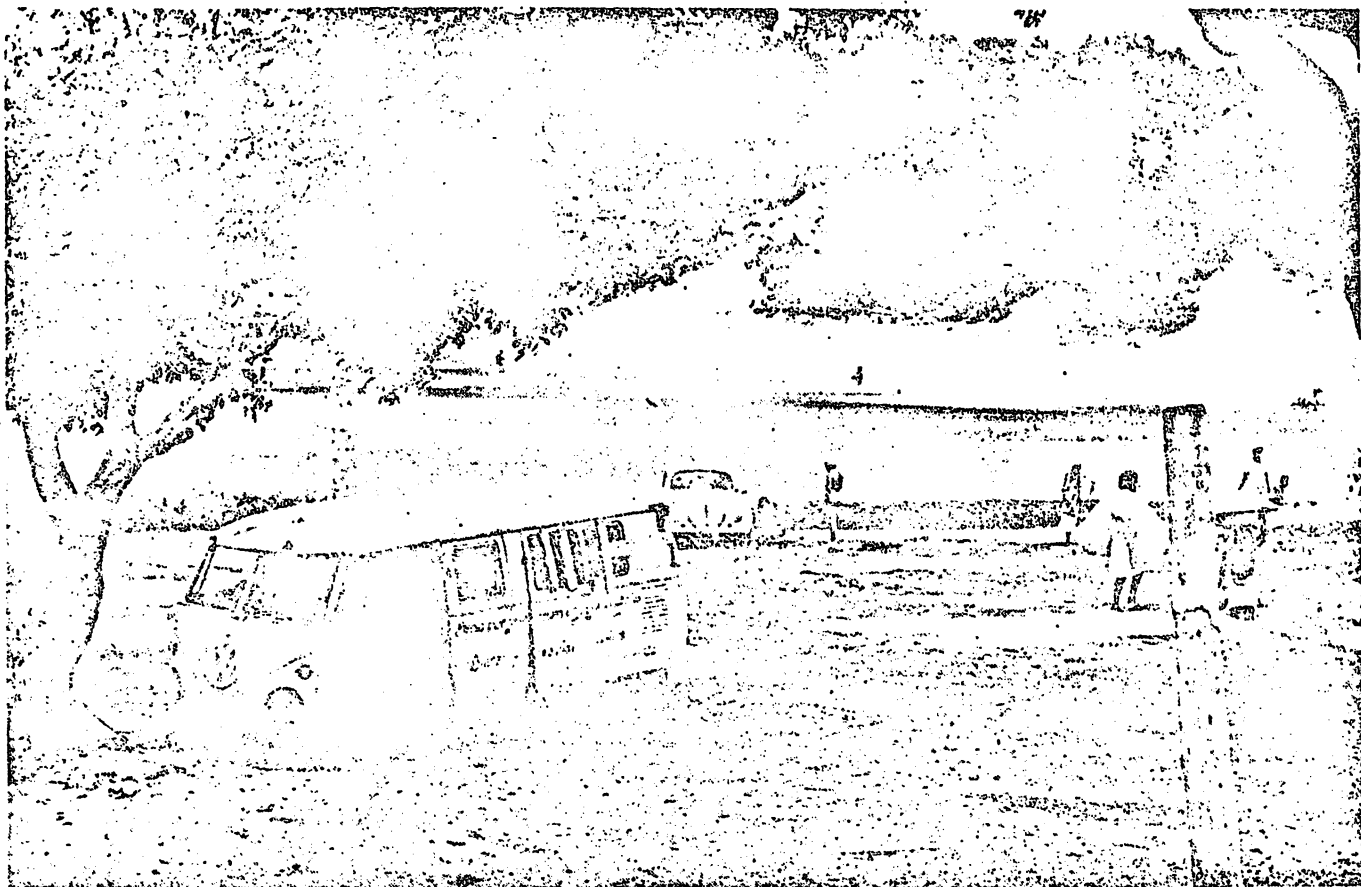


PARQUE METROPOLITANO DE ABAETÉ

Invasões - o bloqueio  
do mirante da lagoa



PARQUE METROPOLITANO DE ABAETÉ Invasões- a conquista das dunas



*Lavagem de carros, sujeira, veículo abandonado, falta de policiamento, lixo: é o abandono total da Lagoa do Abaeté*

## *Abaeté não é mais lagoa escura, de areia branca*

Até para as suas tradicionais lavadeiras, a Lagoa do Abaeté já deixou de ser "uma lagoa escura arrodada de areia branca" por todos os lados, como cantou Caymmi, que a tornou famosa na país inteiro. A água escura passou para suja e a areia branca está se tornando amarelada. Nas suas proximidades, o que era antes uma vegetação intensa é agora uma grande invasão, de pessoas que, por diversas circunstâncias, perderam as suas antigas casas.

O abandono da Lagoa do Abaeté é visto com tristeza também pelos turistas e simples visitantes de Salvador. "A destruição da lagoa é uma destruição da própria natureza", dizem. Na sua parte superior é comum a presença de caminhões de empresas imobiliárias carregando a areia

branca e ao seu redor há perspectivas de construção de novos espigões.

### CARTÃO POSTAL

Sem falar na contínua destruição, a Lagoa do Abaeté, um dos cartões postais da Bahia, está praticamente abandonada. Árvores danificadas, sujeira por todos os lados e ainda quando chove as águas carregam para o seu interior a lama e o bairro, prejudicando a cor natural de suas águas cheias de mistérios. Para Raimunda Reis, há 53 anos vivendo em Itapuã e todos esses anos lavando as roupas da família na lagoa, "a prefeitura também ajuda a acabar com isso aqui". Segundo ela, a construção e pavimentação da estrada do Aeroporto contribuíram para a água perder a tonalidade natu-

ral. "Ela ficou viscosa e muito suja", diz.

O abandono não é apenas físico, o lado humano também é esquecido. Os frequentadores da Lagoa se queixam da falta de salva-vidas, diariamente, e isso provoca inúmeras mortes de banhistas. Quando não há mortes por afogamento, há ameaças de assaltos, sem que a Secretaria de Segurança Pública polície o local. Os moradores dizem que na lagoa nunca teve policiamento, a não ser nos dias de domingo, no terminal de ônibus.

### INVASÃO

A invasão que está tomando conta, praticamente, da Lagoa do Abaeté, prejudica seriamente a paisagem, mas os invasores afirmam não encontrar outra solução. Muitos deles já

tiveram as suas casas transferidas mais de cinco vezes por pressões da Polícia Administrativa da Prefeitura. Laurilinda de Jesus é viúva e vivo de lavar roupa para "pessoas de fora". Com cinco filhos para criar, ela vive em um barraco de palha, sem ter outra alternativa. "Aqui — frisou — eu economizo um pouco, porque não pago água e lavo a roupa aqui mesmo. Se eu fosse morar em outro lugar, como eu ia conseguir água de graça"?

O quadro da Lagoa do Abaeté é de desvastação e pobreza. E quando os turistas vão conhecê-la, esperando encontrar uma lagoa como a dos versos do compositor baiano, se decepcionam. Conhecendo a lagoa, Romualdo Oliveira, de Londrina, Paraná, exclamou: "Quanta sujeira o abandono numa área que deveria ser preservada para o turismo".

## O PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU e a Invasão das Máquinas

O Parque Metropolitano de Pituaçu é a mais recente aquisição de área dentro do compêto do Município de Salvador, para as sumir a função de parque natural.

Todo o terreno já pertencia à Prefeitura Municipal, muito em bora totalmente comprometido com a ocupação de terceiros sob formas de arrendamento, posse ou invasão. Vale salientar que a maioria dos ocupantes eram integrantes das classes de maior poder aquisitivo. Pequenos assentamentos dispostos li nearmente, ao longo das vias de acesso, apenas completavam o quadro fundiário.

Apesar destes comprometimentos, o Governo do Estado (período 1975-1979), respaldando-se nas justificativas de salvaguardar a beleza natural do sítio e oferecer à população uma grande área de lazer, chamou a, si a responsabilidade de consolidar-lhe a vocação, configurando-o como um parque metropolitano.

Por Decreto Municipal a área passou à propriedade do Estado para que iniciasse as obras de implantação do parque.

E, a pretexto disso, as intervenções que passaram a ser feitas foram de uma agressividade tal, que desfigurou-se grande parte da própria paisagem natural, que se emprestou como ban deira enquanto justificativa da criação do parque.

Depredação similar, somente tem ocorrido naquelas estradas de



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR  
SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

rodagem que não obtiveram um tratamento paisagístico adequado, onde taludes de corte e aterros podem ser vistos com as mesmas proporções. Nem mesmo as margens da ciclovia, cujo traçado não devia exigir grandes raios de curvatura, podendo perfeitamente amoldar-se à topografia, escaparam do exibicionismo gratuito das máquinas de terraplenagem.

As obras de implantação do estádio se antecederam de verdadeiras orgias de movimentos de terra. Foram tão violentas quanto o seriam em qualquer lugar descompromissado com o restante da paisagem.

O terreno que foi construído para se adaptar ao projeto do Museu de Ciências e Tecnologia, custou o aterro de um aningal, tipo de associação vegetal que, se não for preservada em áreas de parque natural, está fadada a desaparecer, devido a dificuldade de compatilizar o seu habitat (terreno embrejado) com as diversas formas de urbanização por mais conservadoras que estas sejam.

O material utilizado para este aterro custou uma terrível desfiguração dos morros imediatamente próximos. Os estragos na paisagem foram de tal ordem que em qualquer tentativa de restauração mal vai-se conseguir disfarça-los em profundas cicatrizes.

E, como acontece com toda obra que não se antecede dos devidos cuidados, para manter livres as linhas de drenagem natural, mal foi inaugurada, as primeiras chuvas começaram a arrancar os meios-fios, desfazer as calçadas, tirar a grama dos taludes desmoronando bancadas, etc.

Se nos detivermos na qualidade de acabamento destas obras constatamos que retrata o limite máximo do desrespeito ao usuário. Hoje, as obras públicas não se medem pela qualidade, senão pe-



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR  
SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

la quantidade e velocidade em que são executadas. É preciso fazer-las imensas, ainda que a demanda efetiva só venha a ocorrer em horizontes bem longínquos, o que importa é construir para o futuro".

Mas, construir para o futuro não significa tão somente considerar dimensões. De que adianta deixar prontas hoje as obras que somente serão totalmente utilizadas amanhã, se a qualidade da execução lhes imprime uma fragilidade tal, que não lhes permite sequer se conservar até o anoitecer? Para que aquele estádio hoje, se ainda não se sabe quando e como chegarão os espectadores?

Enquanto isto, muitas obras estão inacabadas e abandonadas. Nem sequer existe uma administração capaz de conter o processo de invasão que se inicia pela fronteira sudoeste do parque.

Mas, apesar deste quadro, o Parque de Pituvaçu representa, em termos de oferta de recreação e conseqüentemente de melhoria da qualidade do meio ambiente urbano, uma conquista. É um patrimônio da cidade, e, se hoje, diante das suas dificuldades financeiras, a Prefeitura não dispõe de recursos para acabar as obras já iniciadas, como mínimo devia tomar a si o encargo de administrá-lo nem que fosse somente para evitar as invasões.

Se não podemos usufruir hoje de todas as ofertas de lazer, que o parque tem em potencial, pelo menos leguemos às gerações que vão nos suceder, esta oportunidade!

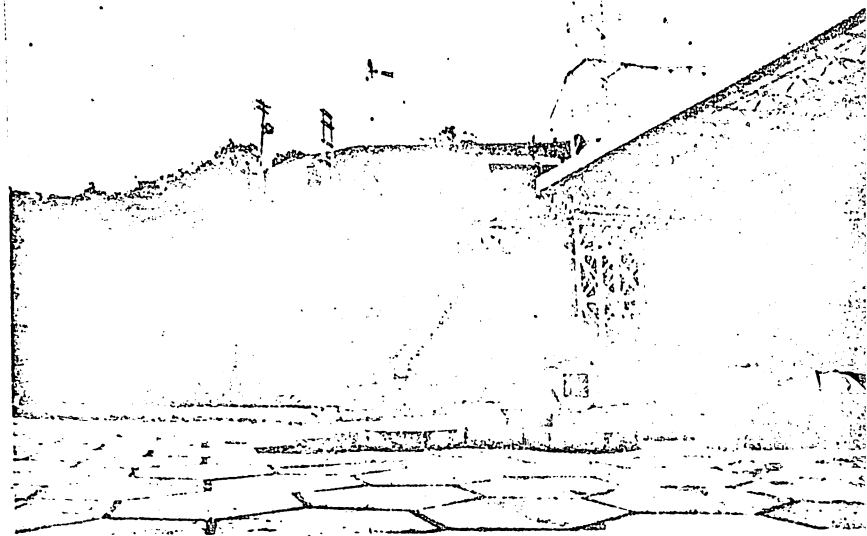


PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU

Terraplanagem-mostras da violência



1



2



3

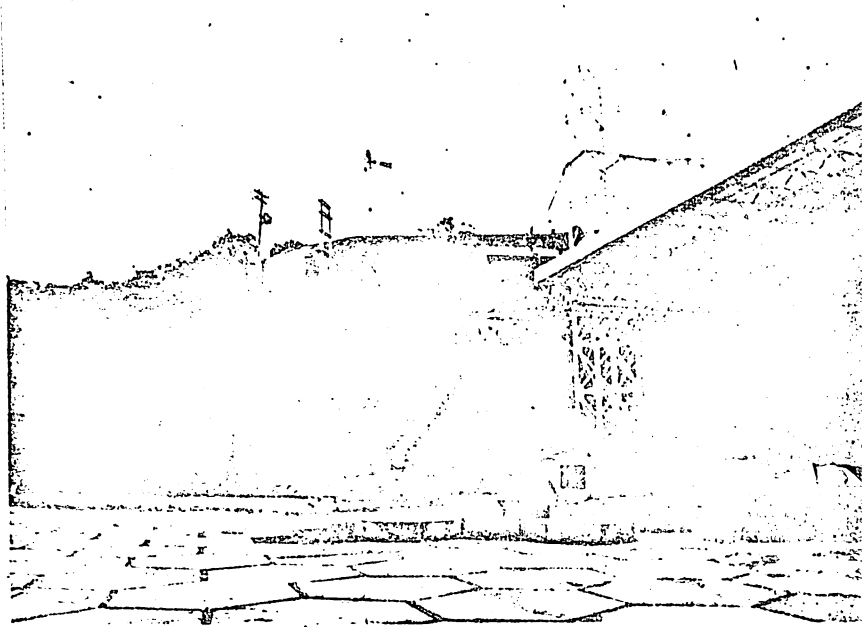
PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇÚ

- 1- A derrocada do aningal
- 2- Museu de Ciência e Tecnologia
- 3- A nova e desolada paisagem





1



2



3

PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇÚ

- 1- A derrocada do aningal
- 2- Museu de Ciência e Tecnologia
- 3- A nova e desolada paisagem



O PARQUE DE SÃO BARTOLOMEU e a invasão dos profanos

São Bartolomeu é um lugar sagrado, templo onde se processam certos rituais do culto afrobrasileiro. Lá se recebe o Santo, toma-se o banho purificador, despacham-se as macumbas, lavam-se as contas, acendem-se as velas, enfim todo o elenco de obrigações do culto.

Este templo foi adquirido pela Prefeitura em princípios do ano de 1975, e depois de executadas algumas obras de infraestrutura, inaugurada nos últimos dias do período administrativo de 1971 a 1975. Desta data em diante a área foi relegada ao mais completo desinteresse, ao ponto de ser permitido que aí se instalassem com a conivência do corpo de vigilância, cerca de quarenta barracas de bebidas alcoólicas.

Estas barracas além de profanarem o ambiente cultural, do ponto de vista higiênico, apresentam-se como principais responsáveis pela poluição do rio S. Bartolomeu. Muitas delas, sobre palafitas, ocupam o leito do rio, antes de água cristalina, e lançam direto sobre este, os seus dejetos.

A margem esquerda do rio, na sua foz, era acompanhada pelo último mangueisal existente na Cidade do Salvador. Está se acabando e substituído por um cemitério de pneus velhos, onde a lógica está inteiramente no plano das especulações. Existe por aí próximo, escondida dentro da mata, uma recauchutadora de pneus, ou isto já é o sinal dos tempos, uma expressão de atualização do misticismo? Será o pneu velho o substituto das oferendas, que está mais a altura do nosso avanço tecnológico que as já ultrapassadas farólias de dendê dos primitivos?



PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR  
SECRETARIA DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

Ainda há a hipótese de que estejam ~~as~~ processando naquele ambiente, transformações culturais ditadas pela presença de um novo grupo étnico mais poderoso, o dos automóveis, cuja reconhecida superioridade capaz de gerar o pânico em todos os ambientes onde se aproxima, substitue o ecossistema do manguesal por um cemitério de pneus.

O Parque de S. Bartolomeu, conjuntamente com as áreas do entorno da Represa do Cobre e do Sítio de Pirajá, tem sido objeto de várias propostas tanto no nível estadual quanto municipal. Já existe um plano geral aprovado, entretanto ainda não se fez um projeto detalhado.

Recomenda-se para a área específica de S. Bartolomeu, desenvolver-se um projeto onde deve ser levantada toda a conotação religiosa do recinto, e ter, como objetivo principal, a conservação da área como santuário do culto afrobrasileiro.

Quanto às barracas, estas devem ser, a médio prazo, removidas de onde estão para outro local a ser indicado no projeto, vinculada evidentemente a mudança de ramo para outro mais compatível com o ambiente místico do parque.

Estas barracas poderão se especializar nas vendas de produtos relacionados com o culto afrobrasileiro, assim como a vegetação a ser introduzida no recinto sagrado deve ser escolhida dentre aquelas que têm uma relação intrínseca com os ritos e crenças ali processados.

Recomenda-se ainda que se dê continuidade ao levantamento botânico já iniciado na mata do Cobre, que se proceda um estudo específico do sítio histórico do Pirajá, que se promova os meios para conter as invasões que se processam na enseada do Cabrito, para que se possa, em futuro próximo, ofertar às populações dos subúrbios um parque de nível metropolitano, O PARQUE METROPOLITANO DE PIRAJÁ.



PROPOSTA EXECUTIVA PARA O PARQUE DE SÃO BARTOLOMEU

Apresentamos o plano de ação no Parque de São Bartolomeu, dividindo em três etapas distintas permitindo assim, uma tomada de responsabilidade imediata ainda mesmo sem disponibilidade de recursos financeiros.

1 - AÇÃO IMEDIATA

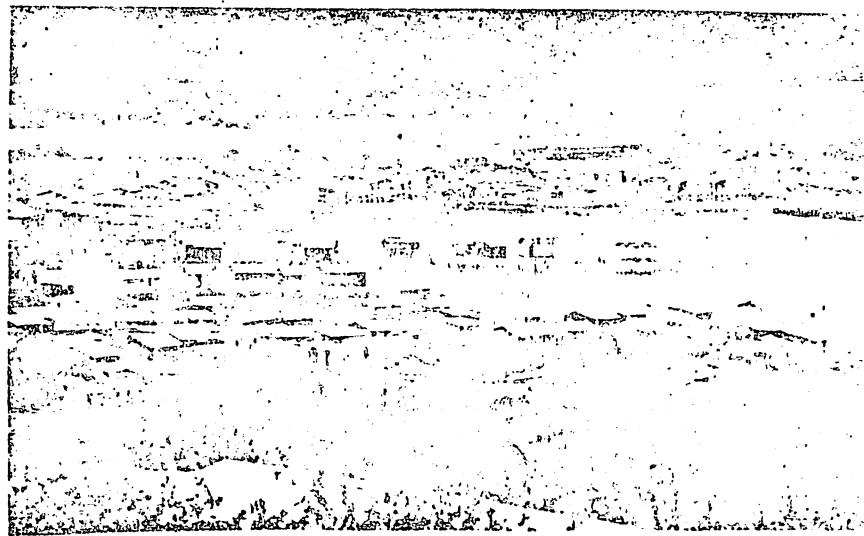
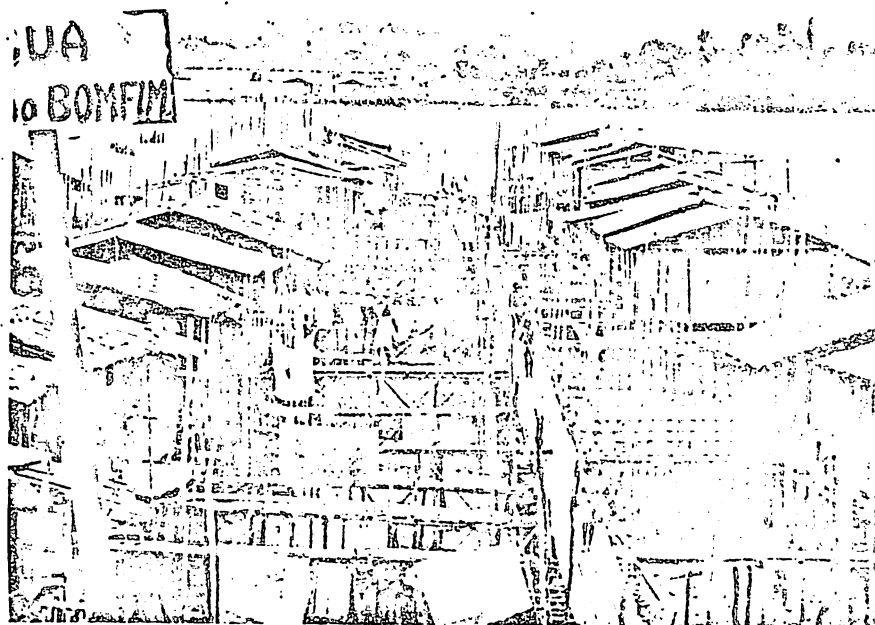
- a - Incrementar a administração já existente ampliando a fiscalização utilizando policiamento montado possibilitando assim o domínio de toda a área.
- b - Cadastrar as barracas existentes nas áreas interna e externa, determinando a permanência, apenas, na área externa do Parque em local pré-determinado e daquelas barracas registradas na Prefeitura de Salvador.
- c - Limpeza da área, principalmente do manguezal.
- d - Sinalização externa indicativa do Parque.

2 - AÇÃO A MÉDIO PRAZO

- a - Estudar as relações entre o ambiente físico e o ambiente cultural o que permitirá uma real consciência na execução do Plano de manejo.
- b - Executar o Plano de manejo.

3 - AÇÃO A LONGO PRAZO (mas ainda neste governo)

Iniciar a implantação do Plano de manejo.



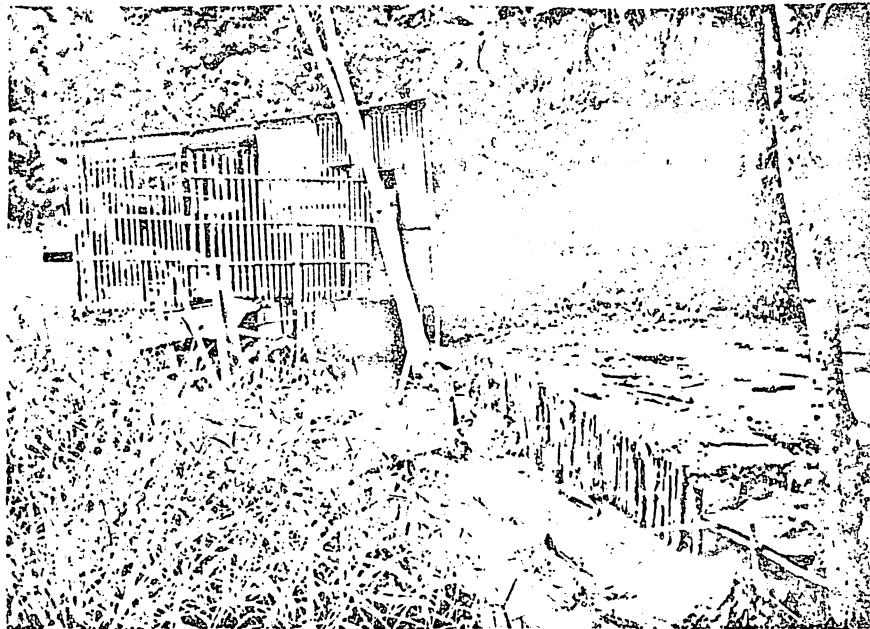
PARQUE DE S. BARTOLOMEU

Invasões- a conquista da Enseada de Cabrito

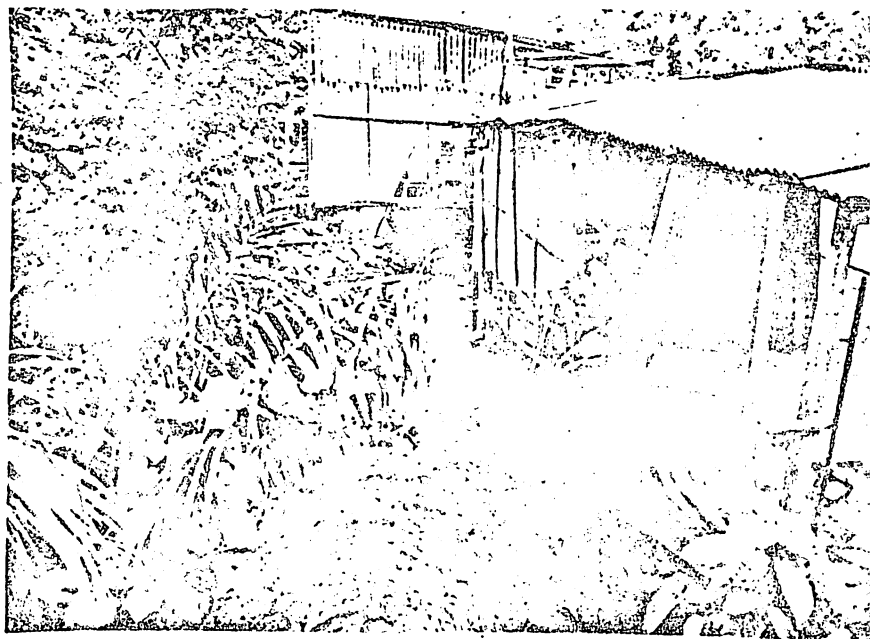
1



2

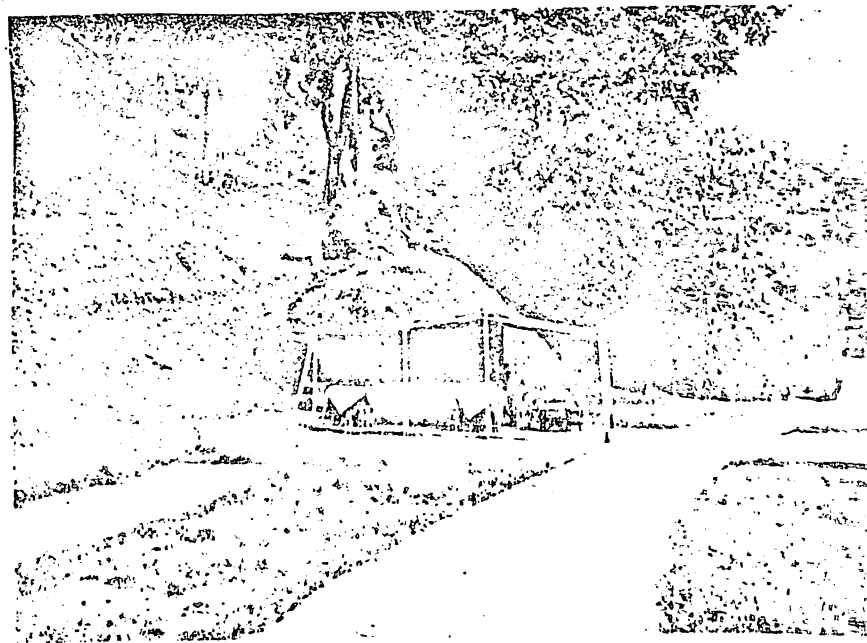
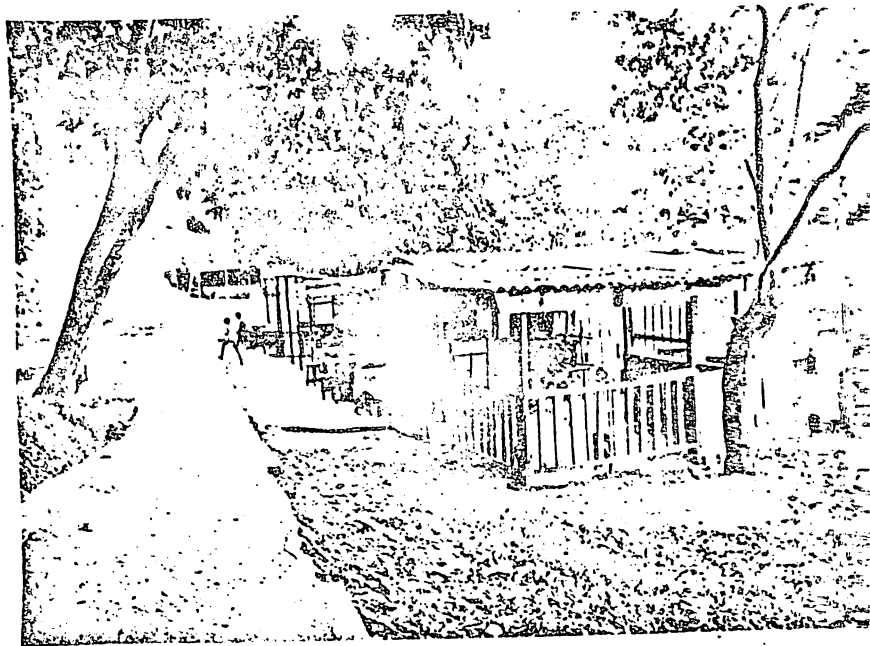


3



PARQUE DE S. BARTOLOMEU

1-Invasões- a conquista da mata  
2 e 3-Invasões- a conquista do rio



PARQUE DE S. BARTOLOMEU

Invasões- a profanação do  
Templo Sagrado



1

2



3



4



PARQUE DE S. BARTOLOMEU

1 2 e 3- Oferendas para os Orixás  
4- A romaria dos pneus velhos





PARQUE ZOOBOTÂNICO DE ONDINA e a invasão institucional

O Parque de Ondina é o mais antigo da cidade. É o que sobrou de uma imensa propriedade do Estado, onde segundo alguns depoimentos estavam aí incluídas áreas que passaram depois a pertencer ao Instituto Biológico, a Escola de Veterinária, ao Parque de Exposição de Animais e ao Sistema Viário Público (Av. Garibaldi e Ademar de Barros).

Além de toda esta perda, o recinto que hoje constitui o Parque Zoológico de Ondina, vem, através do tempo, sendo palco de um processo contínuo de invasão institucional. Aí foram construídos: a residência do governador, as instalações de um centro de correções de menores do SEAM, algumas escolas, as instalações da EMBRATEL, e, por último, um prédio para ampliação do Instituto Biológico, em terrenos fronteiros à Av. Ademar de Barros.

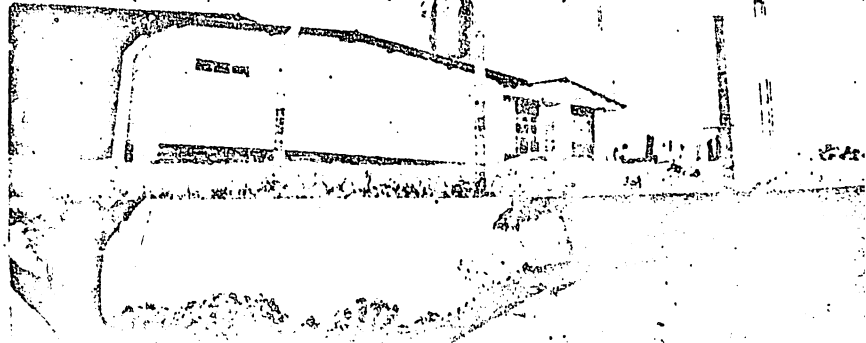
Os equipamentos existentes, que tem um uso compatível com a função de parque, são apenas: O Zoológico, o Jardim Botânico, o restaurante, a Estação de Meteorologia e um pequeno horto, este entregue a exploração de terceiros.

O serviço de conservação deste parque, embora não seja dos melhores, tem o mérito de manter-se vigilante quanto às investidas de invasões por parte de populações de baixa renda.

A parte alta do morro, logo em seguida as instalações da EMBRATEL, apresenta um aspecto de completo abandono. Há uma oficina de conserto de veículos, que amontoa os carros desmontados nos terrenos marginais. O trecho de estrada que secede ao portão do SEAM, está intransitável, tal é quantidade de buracos, lixo amontado e mato crescido que se instalaram no leito da pista.

De um modo geral, todo o parque necessita de uma melhor conservação.

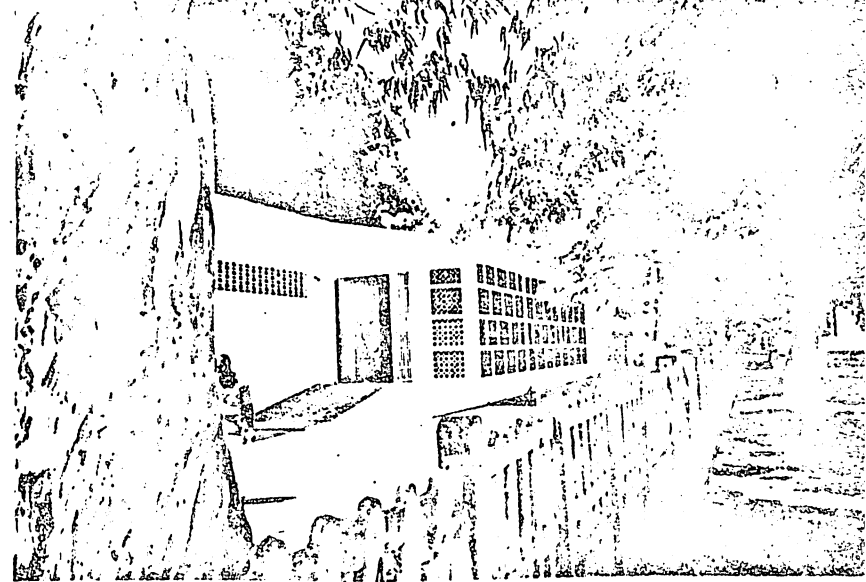
1



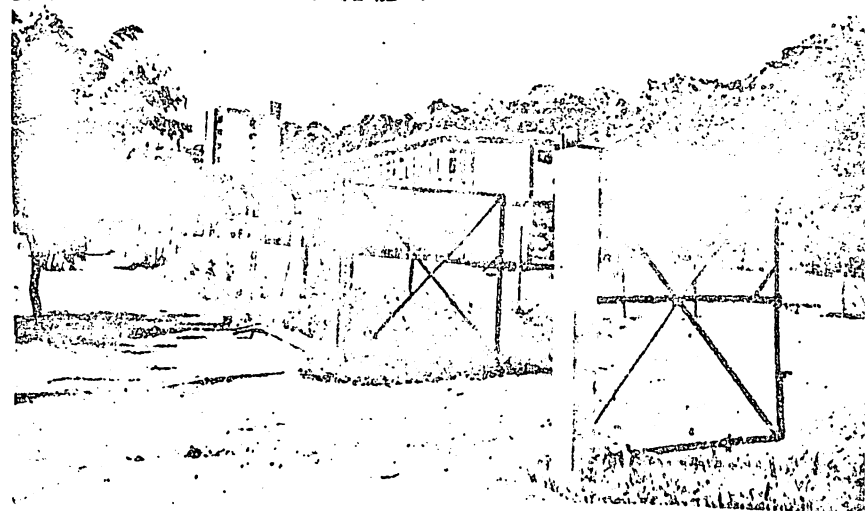
2



3



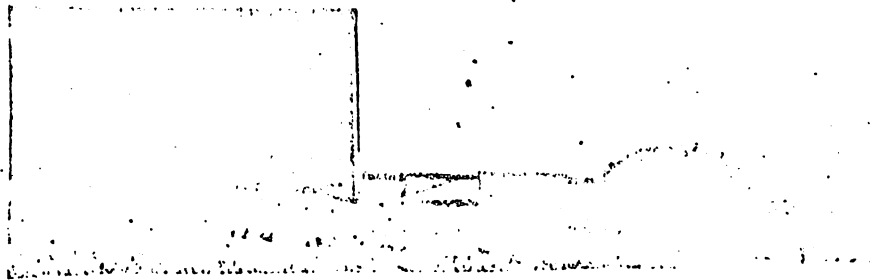
4



PARQUE ZOEBOTÂNICO DE ONDINA

- 1- Instalações da Embratel
- 2e 3- Escolas Públicas
- 4- Instituto Biológico (ampliação)

1



2



3



4



PARQUE ZOOBOTÂNICO DE ONDINA 1 e 2- Centro de Correção de menores  
3- Oficina de reparos de veículos  
4- Via de acesso intransitável



PARTICIPAÇÃO DO IBDF NA IMPLANTACÃO DAS PROPOSTAS EXECUTIVAS

Na procura de recursos que gerariam o desenvolvimento das propostas executivas aqui apresentadas, chegamos ao IBDF, órgão responsável pela Administração e Manejo de Parques no Brasil

Observamos a experiência daquele órgão em Parques Nacionais.

Definimos que o Parque Metropolitano nada mais é que um Parque Nacional em menor escala, o que nos permite utilizar os subsídios daquela experiência.

Utilizaremos pois o IBDF em seu potencial de assistência técnica e treinamento ao nosso pessoal, uma vez que, para essa área, não existe agilização de recursos financeiros para repasse a outros órgãos, neste caso a Prefeitura Municipal de Salvador.

Salvador, de maio de 1979

GAV

Grupo de trabalho de

Áreas Verdes

## PARQUES DE DIVERSÕES

### Seleção de áreas - Relatório

Inicialmente foram escolhidas, dentro da mancha urbana, cerca de setenta áreas onde supõe-se possam comportar instalações de parques de diversões.

Como fonte de informações utilizou-se apenas fotos aéreas de vôo datado de 1973 e a própria memória visual.

Uma revisão em escala mais detalhada certamente descartará umas tantas, reduzindo em quantidade aquelas inicialmente apresentadas.

Para chegar-se à listagem definitiva convém proceder um levantamento de informações sobre cada uma delas, desde seus aspectos físicos legais até o padrão socio cultural do contexto onde se insere.

É muito importante considerar-se os aspectos de mercado, tanto sob a ótica da empresa para que possa como mínimo oferecer equipamentos bem conservados, quanto a do consumidor para quem a presença do parque não deve se constituir em mais um fator de empobrecimento.

*J. L. F.*

## NÍVEL DE RENDA E PARQUE DE DIVERSÕES

O parque de diversões é um empreendimento lucrativo e como tal só oferece divertimento para quem pode comprá-lo.

Se é instalado no contexto dos bairros de alta ou média renda, não gera outro problema que não seja a própria forma alienada do divertimento. Todo é apenas uma questão de oferta e procura, o parque fica enquanto rende, se não dá mais, parte para outro lugar, em busca de outros frequentadores.

Nos bairros de populações de baixa renda, entretanto, existem efeitos colaterais que deveriam ser considerados:

Um parque destes, cobra normalmente entre Cr\$5,00 e Cr\$10,00 por cada cinco minutos de uso de um determinado brinquedo.

Nesses bairros, cada família tem em média cinco crianças. Se a cada uma destas for concedido o acesso a dois brinquedos, por semana, no final do mês as despesas do orçamento doméstico ficam acrescidas de Cr\$200,00 a Cr\$400,00, ou seja, 10,2% e 22,2%, respectivamente do salário mínimo vigente.

Isto significa que muitas destas crianças estão condenadas a passar pela porta do parque e sentir aquela mesma ansiedade que experimentam diante do baleiro da fila de cinema, quando trazem no bolso apenas o dinheiro do ingresso. Significa, também, o repetir dia após dia da frustração da manhã do Natal quando, ao sair nas ruas, as crianças mais pobres constataam que enquanto os filhos dos vizinhos foram contemplados por Papai Noel com tantos presentes, eles nem sequer foram lembrados.

Por isso é que o espaço público deve ser reservado para todos e não somente para aqueles que podem pagar.. A municipalidade tem obrigação de reservar um espaço para as crianças pobres, oferecendo-lhes formas de recreação sadia e gratuita. Deve equipar suas praças com brinquedos de fácil conservação, duráveis, e que desenvolvam as potencialidades criativas destas crianças; nunca transferir para terceiros as suas responsabilidades, permitindo, por incompetência administrativa que, muitas vezes, brinquedos caindo aos pedaços ameacem a segurança dos próprios usuários.

*Friedrich A*

ARILDA CARDOSO SOUSA  
Arquiteto Paisagista

Salvador, Fev., 1979.

## ESTUDO DE ÁREAS VERDES E ESPAÇOS ABERTOS

Proposta para um programa de ação para o período  
Março de 1979 - Dezembro de 1980

A necessidade de recuperação imediata dos valores paisagísticos da cidade de Salvador e de encontrar caminhos que levem à abertura de outras linhas de financiamento, para implantação do Sistema de Áreas Verdes, além dos recursos próprios da Prefeitura, divide esta programação em duas etapas distintas.

A primeira, que deverá se efetivar no período Março - Dezembro de 1979, e que abordará os problemas mais emergentes, contornáveis dentro das limitações de recursos da Prefeitura, e, a segunda que cobrirá o período Janeiro - Dezembro de 1980 com maiores pretensões, exigindo investimentos que extrapolarão a sua capacidade econômico financeira.

A.S.



Programação

- I - Iniciar uma série de pequenas obras e medidas, utilizando os recursos disponíveis que resultem numa expressiva melhoria do aspecto visual da cidade.
  
  - II - Estruturar-se para um grande programa de paisagismo de massa a ser iniciado em 1980. Compreenderá um trabalho que se inicia por um grande esforço para captação de recursos, e , que terá de atravessar fases de pesquisa junto a comunidade e mobilização dos seus interesses, reestruturação da S.P.J., implantação de hortos e viveiros, projetos executivos de todas as obras programadas para 1980, chegando até ao treinamento de pessoal para melhoria da qualidade das obras na Prefeitura.
- PS

I - Dentro da linha de pequenas obras e medidas poderão se incluir as seguintes intervenções:

1. Tratamento paisagístico das margens das avenidas de vale compreendendo:
  - a) Recuperação plástica dos paredões dos cortes resultantes das violências ocorridas nas obras de terraplanagem.
  - b) Remoção das oficinas estrelas.
  - c) Agenciamento das áreas planas das faixas de domínio (arborização, mobiliário, pavimentação, gramados, etc.)
  
2. Recuperação paisagística do canteiro central da paralela. Esta operação deverá se efetivar às custas de um esquema montado para o aproveitamento nacional do excedente da jazida de terras, naquelas obras públicas que demandem aterro. Deve ser também apoiada em medidas institucionais que ao proteger a morfologia do sítio de Salvador conduzam a iniciativa privada a também fazer uso desta jazida.
  
3. Tratamento paisagístico do interespaço da avenida suburbana e a orla da Baía de Todos os Santos compreendendo:
  - a) Remoção dos ferros velhos depositados ao longo da avenida.
  - b) Agenciamento das áreas planas (arborização, mobiliário, gramados, pavimentações).
  
4. Tratamento paisagístico da faixa da orla marítima compreendendo:
  - a) Limpeza das praias.
  - b) Recuperação das áreas de pedestres, invadidas pelo automóvel.

c) Construção de acesso às praias estrategicamente privatizadas pelos hotéis e clubes.

d) Arborização, gramados e mobiliário.

5. Arborização em larga escala em toda cidade dando prioridade ao emprêgo de árvores frutíferas, medicinais e magnéticas nos bairros de população de baixa renda, assim como, nos canteiros centrais das avenidas, destacadamente na avenida paralela.
6. Agenciamento de pequenas áreas públicas dentro do contexto dos bairros de população de baixa renda, remanescentes de um trabalho prévio de racionalização do tráfego de veículos motorizados, como também daquelas resultantes de propostas de integração de fundos de quintais.
7. Acionar os instrumentos legais competentes para obrigar às empresas construtoras retirarem os resíduos de construção depositados nas encostas, determinando simultaneamente os locais para destino final destes entulhos com vistas a um aproveitamento racional.
8. Fazer cumprir as posturas municipais que obrigam a execução de calçadas e muros, fazendo antes uma revisão no texto legal, definindo parâmetros para desenho de divisórias de propriedades que objetivem perseguir modelos menos agressivos à paisagem que os atuais muros encimados com cacos de vidro.
9. Estabelecer normas mais objetivas para efetivar um controle mais rigoroso nas formas de intervenção na paisagem, sobretudo no que diz respeito a implantação na topografia, a preservação de visuais e vegetação. Cabe aqui a sugestão de passar a exigir-se que nos em -

preendimentos estejam registrados nas placas de construção o número de árvores existentes, quais serão sacrificadas, quantas deverão ser plantadas, quantidade de pavimentos, etc.

10. Assinatura do decreto que criará o Parque Metropolitano de Abaeté.



II - A fase de estruturação deverá compreender:

1. Programação de cursos de treinamento de pessoal para os seguintes trabalhos:
  - a) Análise, para efeito de aprovação, de planos e projetos, sob a ótica da preservação dos recursos naturais (relêvo, drenagem, vegetação, vistas panorâmicas, etc.)
  - b) Implantação de projetos paisagísticos, compreendendo desde as operações de transplante, modificações do relêvo, preservação da vegetação residual, execução de obras de contenção até as técnicas de jardinagem.
  - c) Mobilização dos interesses das comunidades.
2. Elaborar um programa de transferência das hortas situadas nos entremeios da trama urbanizada, para áreas ainda não poluídas e identificadas no plano de áreas verdes como adequadas a este uso.
3. Promover um concurso de idéias de desenhos para as diversas peças que compõem um mobiliário para lazer.
4. Agilizar entendimentos com professores da escola de arquitetura motivando-os a incluir na programação do currículo de 1979, trabalhos objetivos com vistas ao aproveitamento nos programas de áreas verdes. Caberiam, no caso, trabalhos de pesquisa e apresentação de soluções de mobiliários, equipamentos de apoio, tipos de pavimentações, arrimos etc., para fabricação em série, com vista a um eventual programa de paisagismo de massa.
5. Organizar um programa de mobilização de comunidade especificamente nos bairros populares, estimulando a produ-

ção de mudas de plantas em escala doméstica, para serem adquiridas por preço previamente fixado, para emprêgo na arborização e ajardinamento da cidade.

6. Pesquisa de bairro para identificação dos interesses recreacionais específicos de suas populações.
7. Reestruturar a S.P.J. para assumir as funções de:
  - a) Preparar um programa para implantação do horto de produção de mudas.
  - b) Aproveitar para a arborização pública as espécies que estiverem com autorização para serem sacrificadas.
  - c) Implantar os projetos executivos das diversas categorias de parques.
  - d) Administrar todo o sistema de áreas verdes.
  - e) Cadastrar e controlar efetivamente todo o patrimônio vegetal da cidade.
  - f) Organizar e comprar a produção de mudas do mercado in formal.
8. Providenciar o cadastro geodésico das encostas de Salvador para subsidiar elaboração de normas de contrôlo de intervenção nestas áreas.
9. Elaborar um plano para implantação do Parque Metropolitano de Pirajá.
10. Pesquisizar a viabilidade técnica da execução de aterros com lixo compactado em áreas embrejadas para uma eventual possibilidade de aproveitamento de recursos dos programas de lixo decorrentes das verbas destinadas à compra de

áreas para destino final. Uma análise econômica poderá revelar reduções de custos se o encurtamento das viagens origem - destino compensarem as limitações de capacidade de armazenagem e do preço do terreno.

Um resultado positivo abriria perspectivas para viabilizar a curto prazo, a aquisição da maioria das áreas de fundo de vale, apontadas no plano de áreas verdes como adequadas para alocação de parques de bairro.

*KS*

PERÍODO JANEIRO - DEZEMBRO DE 1980

Programação

- 1 - Implantação de parques de bairro e de vizinhança obedecendo a escala de prioridades definidas pelo Plandurb.
- 2 - Implantação do Parque Metropolitano de Abaeté, inclusive agenciamento do entorno da lagoa.
- 3 - Implantação do Parque Metropolitano de Pirajá.
- 4 - Incrementar o uso dos parques Juventino Silva e Zoobotânico de Ondina.
- 5 - Operacionalizar os contactos necessários para viabilizar a implantação dos parques de encosta, notadamente os da Vitória e Canela.
- 6 - Restaurar o Passeio Público.
- 7 - Iniciar as instalações do Horto Municipal.
- 8 - Iniciar as operações de transferências das hortas.
- 9 - Iniciar um plano de recuperação de fundos de quadra da área central com objetivo de compor pequenos espaços de recreação resultantes da conjugação dos vários quintais que estas contêm.
- 10 - Avaliação crítica destes trabalhos e proposta para a programação dos anos subsequentes.





## PROJETO VARANDAS DA BOCA DO RIO

Arilda Cardoso Souza  
Isa Vargas Leal Meira  
-Arquitetas paisagistas-

Uma das estratégias programadas para viabilização do parque da Orla Marítima foi a de reservar uma faixa de terra entre a nova pista da Avenida Otávio Mangabeira e o Assentamento da Boca do Rio, para vir a ser negociada em troca de obras ou terrenos incorporados ao programa do parque.

Divorciada do Parque do Aeroclube pela barreira da pista, isolada do bairro da Boca do Rio pela trincheira formada pelas cercas dos quintais da primeira linha de casas, esta faixa, não tendo sido negociada, passou a ser terra de ninguém. Indefinida e em posição extremamente vulnerável, tornou-se alvo de invasões. Os proprietários dos terrenos adjacentes, iniciaram então a romaria da transferência de suas cercas, rumo ao meio-fio da nova pista, confiantes na conhecida passividade do verdadeiro dono, quando foram surpreendidos com as novas medidas tomadas pelo Poder Municipal, fazendo-lhes devolver o território que acreditavam definitivamente conquistado.

Estas medidas cíclicas de controle, entretanto, sejam através do exercício do poder de polícia, sejam através da construção de cercas divisórias, conformam sempre situações de transitoriedade. Outras investidas de invasão fatalmente ocorrerão sempre que se relaxe a vigilância.

Somente um limite físico definido, capaz de fornecer claramente uma leitura do espaço e sua respectiva função, destacando onde acaba a propriedade privada e onde começa o que é de todos, aliado a uma ação de implantação de equipamentos necessários para consolidar a função de uso público terá eficácia para atravessar as entressafas da vigilância Municipal.

Esta área, ao tempo em que se acha contígua a um assentamento popular, volta-se totalmente para o mar, oferecendo-se como um imenso mirante.

Desta forma assume, a um só tempo, o compromisso de oferecer-se para uso da população do bairro, de absorver a demanda de lazer do cidadão metropolitano, e ser produto de consumo dos visitantes.

Para atender a esta complexidade de solicitações deverá conter como mínimo:

- a delimitação clara do espaço público
- o tratamento adequado de um espaço aberto que se volta para o mar
- equipamentos de recreação de frequência diária para as crianças do bairro (faixa etária de 0 a 8 anos) que não deveriam atravessar a pista em busca da oferta de lazer do Parque do Aeroclube
- equipamentos que absorvam a mão de obra qualificada existente no bairro
- áreas de estacionamento para o usuário motorizado
- acesso fácil aos moradores do bairro
- custos baixos de implantação.

Desta forma, a primeira proposição será a de que se construa, ao longo da linha de casas, uma calçada de pedestres, definindo o limite da área e criando uma imensa varanda voltada para o mar.

A topografia do sítio permite que em vários trechos esta calçada se alargue formando espaços ao ar livre, prolongamento das instalações dos pequenos bares e restaurantes, aqui propostos com a intensão de oferecer lazer, apoio turístico e sobretudo oportunidade de trabalho à mão de obra qualificada fartamente disponível no assentamento popular vizinho (cozinheiras, copeiros, etc.).

Uma medida de caráter institucional, regulamentando padrões / tipológicos para estes equipamentos, compatíveis com a capacidade / aquisitiva dos atuais moradores, deverá ser previamente tomada, para evitar que grupos economicamente mais fortes venham a adquirir / várias unidades com objetivo de compor equipamentos maiores, para que não perca a conotação social que deu origem a proposta.

Aproveitando a diferença de horários entre o exercício da atividade de recreação infantil, que acontece mais intensivamente durante as primeiras horas da manhã e as últimas da tarde, e o uso dos restaurantes e bares, que é feito durante as horas do meio dia e à noite, procurou-se desenvolver modelos de equipamentos que se prestassem para as duas funções, aproveitando numa as horas ociosas da outra. Por isso é que as áreas de estacionamentos resultam / da justaposição de uma série de quadras de esportes, os patios e calçadas contem desenhos utilizados nas brincadeiras das crianças,

as mesas sob os quiosques e patios dos restaurantes contem desenhos de jogos e prestam-se para o exercício de atividades criativas.

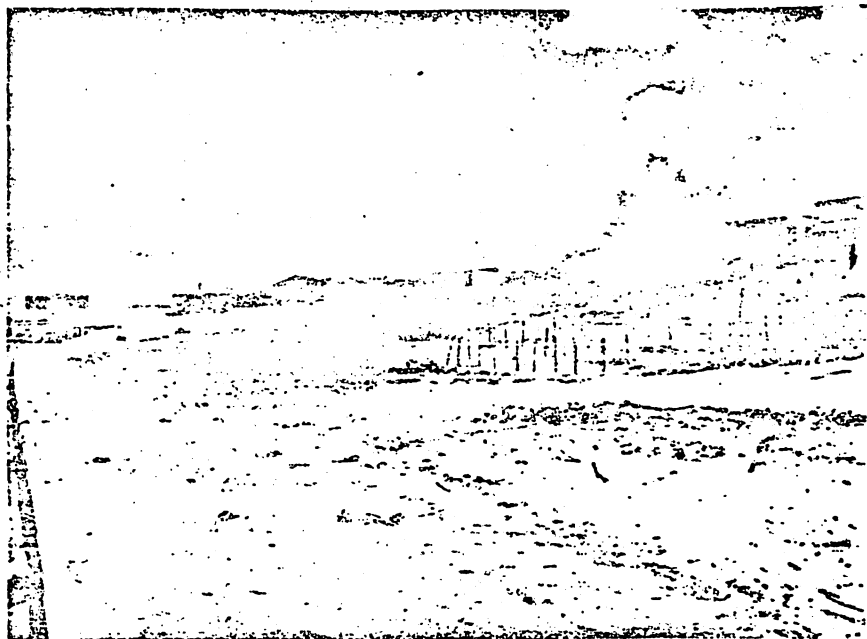
Para dar maior acessibilidade à população do bairro adjacente, está prevista uma série de passagens, aproveitando-se as frestas não edificadas ao longo da primeira linha de casas, interligando-as ao calçadão, além de outros caminhos que levarão o pedestre em direção / aos pontos de onibus e patios de estacionamento dispostos ao longo da pista da Avenida Otávio Mangabeira.

Finalmente, na expectativa de reduzir custos tanto de implantação quanto de manutenção, propõe-se:

- Seja conservado o relevo natural e toda a vegetação residual existentes, evitando ao maximo custos adicionais de contenção do solo e recobrimento vegetal, sobretudo quando sabemos se tratar de um ambiente de dunas, enfrentando vento, salitre e solo pobre, onde a recuperação só se faz a longo prazo e a duras penas.
- Sejam utilizados na confecção dos pisos materiais baratos, encontrados nas proximidades, experimentando-se por exemplo técnicas de aproveitamento da areia local como o agregado principal.

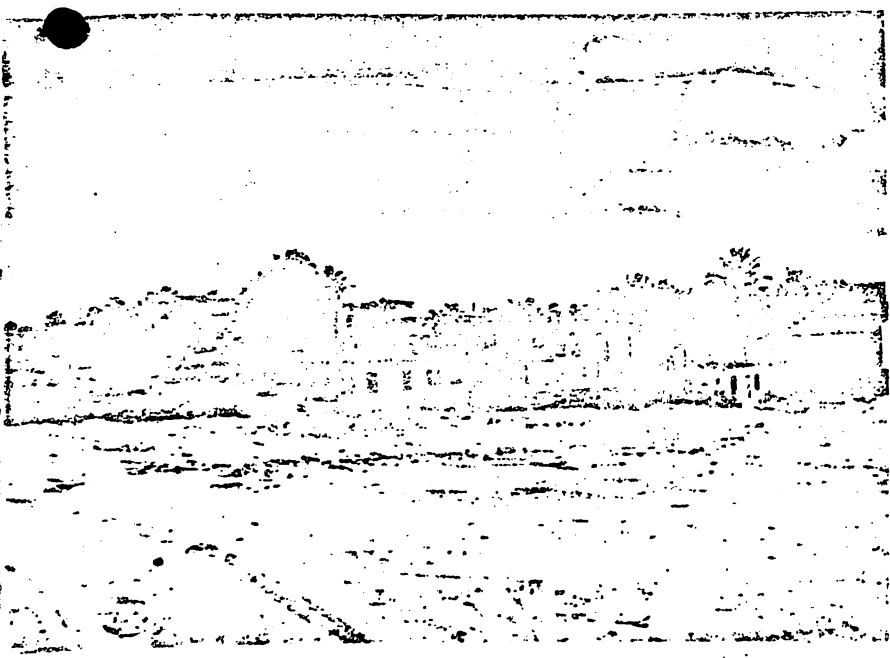
*Lucia Ot*  
*Polungos Saesilleira*

Uma nova invasão vem ocorrendo nas áreas remanescentes do Aê-roclube, conseqüente da falta de fiscalização, pela Prefeitura, nestas áreas, que seriam destinadas à negociação com fins de obter recursos para a implantação do parque.



Os moradores dos adjacentes vêm deslocando suas cercas e muros, conquistando maiores quintais nas áreas acima referidas.

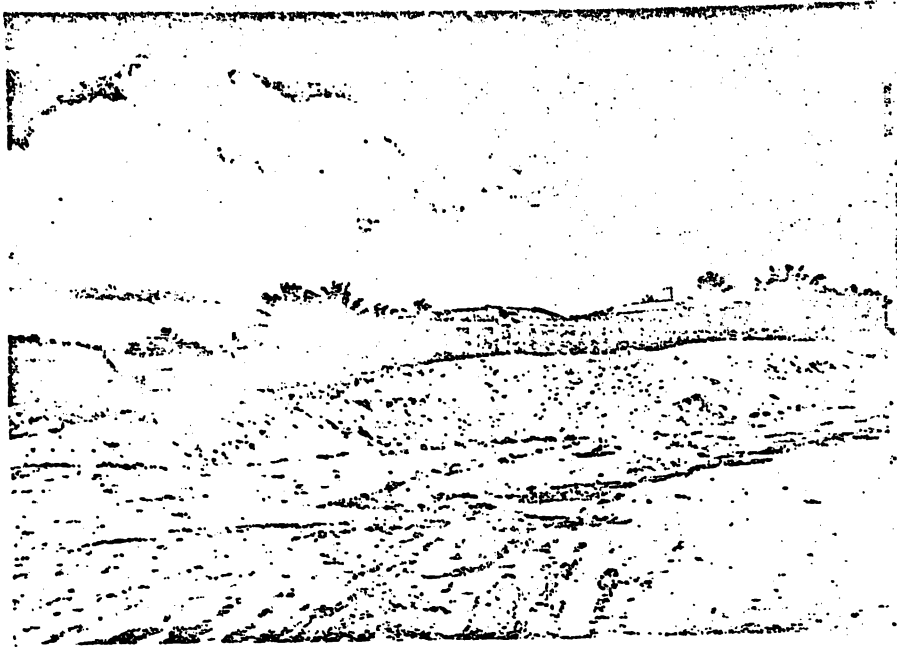
Da mesma forma, construções clandestinas surgem rapidamente nestes quintais conquistados.





QUEM SERÁ O RESPONSÁVEL  
PELA DESTRUIÇÃO DESTA  
PAISAGEM?





Com a proximidade do Centro Administrativo e a facilidade de acesso ao local de trabalho, os invasores da Boca do Rio vêm sendo gradativamente expulsos pela população de maior renda que, através de aquisições dos primitivos barracos, vêm substituindo-os pelas casas de melhor qualidade.

